

O som ao redor e o lugar de sua ausência

Isabel Mansur Figueiredo*

Um som. Silêncio. O som do silêncio. O silêncio do som. Uma ameaça velada, prestes a surgir, que assusta e apavora. Como um inconsciente comum, a violência cotidiana é o fio condutor de uma trama que revela elementos de continuidade histórica do autoritarismo na particular formação social brasileira: *O som ao redor*.

A banalidade decidida e a quase corriqueira encenação dos atores levam o filme ao seu lugar de origem: o espectador fora da tela. Em poucos segundos estamos capturados pelo *som ao redor*, em um *playground* barulhento completamente gradeado onde passamos a infância. O retrato de uma classe média dos grandes centros urbanos brasileiros, cuja imagem e moldura —a despeito das fotos serem fruto de *iPhones* de última geração— demonstram-se caquéticas.

Como obra reflexiva, *O som ao redor* nos remete aos clássicos da formação social e econômica brasileira. Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e, claro, outros importantes intérpretes aqui não citados. Mas o fulcro do nosso interesse na obra de Kleber Mendonça Filho se reconhece em especial na obra do sociólogo Florestan Fernandes. Sob esse olhar é que nos deteremos em breve.

O cenário escolhido para o tema proposto é o Recife. É verdade que a trama poderia se passar em qualquer grande cidade do Brasil, mas a escolha não é à toa. A centralidade dos grandes engenhos e a relação agrária remete às plantações de cana em Pernambuco como cenário de relações socioeconômicas e históricas particulares, salientadas por Gilberto Freyre (2006) em *Casa Grande e Senzala*. As relações vivenciadas no filme têm como elemento central o espaço urbano, no entanto em seus setores claramente improdutivos, como o imobiliário. Tal fato nos remonta à discussão das permanências e mudanças nas formas de domínio de território em suas mais diversas dimensões, o latifúndio, o setor imobiliário e, arriscaríamos, ao domínio de territórios urbanos por grupos de segurança informais e ilegais. E o filme o faz com brilhantismo.

A relação entre a atualidade e os “sentidos da colonização” não são focados através da relação econômica centro-periferia ou das relações comerciais do Brasil, como perseguiram Caio Prado Júnior e também Florestan. O fundamental está, aqui, em como essas relações se engendram na dimensão social e cultural,

* Isabel Mansur Figueiredo é Socióloga formada pela UFRJ e atualmente Doutoranda na Escola de Serviço Social da UFRJ.

ainda que essas estejam sempre imbricadas com suas relações econômicas. O filme elucidada, sutilmente, a compreensão do que Florestan Fernandes chamaria de uma *modernização conservadora*.

Segundo Florestan Fernandes (1975), a partir de um processo híbrido em que a burguesia não se entenderia como uma classe, mas que se fundaria como uma unidade de interesses comuns de “*várias burguesias (ou ilhas burguesas) que mais se justapõem do que se fundem*”, o moderno sistema burguês no Brasil irromperia com características de uma *modernização conservadora* ou *revolução encapuzada*, se quisermos usar seus termos. Egressa da situação colonial por meio do processo que conduziu ao rompimento do estatuto colonial, a economia urbana nasceria tendo como base um sistema econômico agrário, escravista e dependente. Florestan destaca que, nos períodos antecedentes a uma dominação propriamente burguesa, as elites nativas, e em especial a oligarquia rural ou agrária, teriam tido possibilidades de modernizar-se, porém buscando manter sua influência na dominação através do terreno político (Estado), que será o campo de confluência de interesses e onde estabelecerá seu pacto tácito de dominação de classe.

Junto aos imigrantes essa oligarquia desenvolveria uma concepção burguesa de mundo, assumindo, para si, o pioneirismo da modernização conservadora. Assim, sob o fulcro da ação centralizadora do Estado, uma condição *sui generis* de dominação burguesa surgiria fundamentada em um modelo *autocrático burguês*, que tem como uma de suas principais características a quase neutralidade para a difusão de procedimentos democráticos, sendo transpassada, portanto, por um perfil autoritário e particularista. Assim, uma *congière social*, movida por um *ethos burguês* e mantendo relações arcaicas, acorrentaria a “*expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista*”. A forma autocrática amalgama um desenvolvimento em que os elementos mais atrasados se repõem permanentemente “*como se o burguês moderno renascesse das cinzas do senhor antigo*”. Seguido da Independência (transição neocolonial), da expansão do capitalismo competitivo e pelo seu ápice, o capitalismo monopolista —sobretudo após 1964—, as características da *modernização conservadora* e o perfil autoritário e “pelo alto” da conservação são características fundantes e sempre presentes.

Para Florestan, a condição fundamental para a superação da condição heteronômica do Brasil seria a superação daquilo que entendia como “dupla articulação”. Essa dupla articulação consistia na relação entre o setor arcaico (rural) e moderno (urbano) no Brasil e na associação de interesses internos e externos. As postulações de Florestan vão ao encontro do conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*, desenvolvido por Trotsky, e superam uma dualidade presente em várias concepções interpretativas que apontaram, a partir de um processo de desenvolvimento, uma utopia de modernização. Tomando emprestada

a definição em Löwy (1995), a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma tentativa de “*dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo*”. Nela, os “*diferentes estágios de desenvolvimento da civilização e da economia não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada*”. Antes, são processos que “*se articulam, se combinam, “se amalgamam”*: o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas)”.

Parece-nos haver profunda relação entre os debates suscitados em *O som ao redor* e uma sociedade profundamente conservadora em sua modernização, na qual relações arcaicas e modernas convivem, amalgamando-se e imbricando-se, tal qual indica Florestan. Não se contentando com pouco, Kléber Mendonça revela os traços dessa relação nas dimensões cotidianas da vida social: as relações patrões-empregados, as relações familiares, as relações de “segurança” e de medo que assombra e sustentam a segregação e o preconceito.

Revelando o discurso aparente, em que a punição e o encarceramento são sugeridos como parte indissociável da vida urbana, como um anseio quase caricatural e “natural” da população, Mendonça busca, em movimento, as múltiplas compreensões que dão vida a esse processo explicitando seu fio condutor, sua “veia aberta”, de forma a entendê-lo sem banalizá-lo —sem que assuma naturalidades supostamente endógenas que sacralizam as próprias relações humanas concretas que a compõem. A partir da contratação de uma equipe de seguranças informais e ilegais, a classe média de um bairro de Recife se sente “segura” e terceiriza seu território.

E mais uma vez, o som do silêncio. E o mais uma vez o silêncio do som. A rápida mudança no ambiente urbano é retratada por Sofia, namorada recente do neto (comportado) do dono da rua, que morou há menos de dez anos no bairro e estranha os arranhas céus que surgem, inclusive sobre sua ex-casa. A madame que destrata o flanelinha, as relações sutis ora de dominação e ora de paternalismo entre a empregada doméstica e seu patrão. O tráfico feito por “aviões” que comodamente garantem a droga da dona de casa. A vida de uma jovem mulher anulada pelo papel de mãe e esposa gera a relação paranoica com o cachorro vizinho. O menosprezo do dono da rua ao segurança cego de um olho. Grades das casas, grades dos condomínios. Grades. A classe média —que briga por suas TVs de tela plana e compete pelo maior número de polegadas— está desnuda.

O enredo se fecha quando a relação entre os seguranças e o neto do principal dono dos imóveis da região remete à discussão da propriedade em suas múltiplas dimensões. Leis Régias, Ordenações Filipinas e o Código Criminal do Império condenavam duramente comportamentos “desviantes”, salvo se quem o perpetrasse fosse “fidalgo” —“filho de alguém importante”. O neto, fidalgo, explicita a

diferença entre ele e qualquer outro, apressando-se em mostrar quem é mesmo o dono do território. Mesmo que não seja mais parte de nenhum código escrito, o “*você sabe com quem está falando*” impera. O tratamento fica claro e evidente quando o grupo de seguranças aplica um “corretivo” em um menino que é encontrado na árvore e que, simboliza, ao longo do filme, o espectro de uma suposta ameaça.

O menino é negro, magro, anda sem camisa e descalço. O menino é um entre vários que acabam numa prisão com outros idênticos a ele em um sonho. O sonho é de uma menina provavelmente de sua mesma idade.

No seio do seu silêncio, o som ao redor é um grito. No antigo casarão da casa dos donos da rua, “o sítio”, um espectro ronda. Uma casa grande banhada de sangue. A ausência do som revela que o silêncio é o medo constante, espasmos de uma cultura autoritária imbricada nas atuais relações sociais e culturais. A paranoia da violência, a busca por uma segurança para poucos que defendem suas propriedades aparenta naturalidade, mas adormece com sonhos que atormentam. Para eles só uma solução: engaiolar o outro ou pagar um capanga que mantenha o silêncio, sempre a partir de relações de troca assimétricas e hierarquizadas.

Mas o capanga é o capitão do mato e reprime sua própria classe, todavia não pertence a outra. É quando o silêncio precede o som e revela impressionantes estruturas de lama.

Referências

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. (51ª ed.). São Paulo: Global, 2006.
- LÖWY, Michael. *Teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. *Actuel Marx*. n.18, 1995. (Tradução de Henrique Carneiro).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Recebido em julho de 2013
Aprovado em agosto de 2013